

Bairro em guerra contra taxa de marinha

Bento Ferreira surgiu de aterro

O bairro surgiu em área desapropriada pelo governo do Estado. Hoje são 5.375 moradores distribuídos em 1.700 domicílios

Baseando-se em emenda que exclui ilhas com sede de municípios do rol de bens da União, moradores querem o fim da cobrança

Texto: Luciana Almeida
Arte: André Felix

Cansados de efetuar o pagamento anual da taxa de marinha, moradores de diversos bairros da Grande Vitória entram na Justiça pelo fim da cobrança estabelecida pela União.

Em Bento Ferreira, Vitória, a associação de moradores entrou com uma ação para a retirada da taxa, baseando-se na Emenda Constitucional 46 (EC 46), em vigor desde 2006. Ela define que ilhas costeiras com sede de municípios não integram o rol de bens da União.

“A ação foi requerida em nome dos moradores. Para nós, a cobrança é indevida”, frisa o presidente da associação de moradores do bairro, Evandro Fernandes da Cruz. O processo está em andamento na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), e o Ministério Público Federal acompanha o caso desde 2008.

Segundo Evandro, a ação foi movida porque os terrenos no bairro têm escrituras: “O Estado desapropriou as terras, que pertenciam à estação Leopoldina, vendeu os terrenos e entregou a documentação.”

A Associação de Moradores da Praia do Canto também vai entrar na Justiça pelo fim da taxa. O presidente da entidade, José Carlos Lyrio Rocha, orienta os moradores a depositarem o valor em juízo.

Há 25 anos, moradores do Parque Moscoso ganharam na Justiça o direito de isenção da taxa.



1831
O Império estabelece a taxa de terrenos de marinha. A área de 33 metros foi demarcada com distância equivalente a um tiro de canhão disparado por um navio localizado a um quilômetro da margem. O mar chegava aonde hoje está a avenida Vitória.

1940
Nessa época, vários aterros foram feitos na ilha. A cidade cresceu, e o barco de onde foi dado o tiro nem sequer chegaria ao local, que já estava cheio de casas. Surgem os bairros de Bento Ferreira, Ilha de Santa Maria e Ilha de Monte Belo.

2000
A cidade já não tem as mesmas distâncias de antes. Se levados em consideração os critérios de 1831, vários bairros teriam que estar isentos da taxa de marinha.

2009
Atualmente, Bento Ferreira está a um quilômetro de distância do mar em relação ao século passado. Hoje, a faixa de 33 metros estaria bem distante da avenida Vitória.

O mar virou terra
> Hoje em dia, o navio de guerra usado para demarcar o terreno de marinha em 1831 nem sequer chegaria ao local de onde fez o disparo, pois a região foi aterrada e está cheia de prédios.

Isenção de taxa
> Proprietários de imóveis nessas áreas com renda familiar de até cinco salários mínimos (R\$ 2.325) estão isentos de pagar a taxa de marinha.
> Os beneficiados devem procurar a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) e solicitar a isenção.

Desapropriações
> A União tem poder para desapropriar os terrenos de marinha em casos de guerra ou obras que sejam de interesse da sociedade. Caso isso aconteça, os proprietários são indenizados.

Como foi feita a medição

- 1 O NAVIO**
Em 1831, um navio do Império se posicionou a um quilômetro de distância do continente, na maré alta.
- 2 O TIRO**
Posicionada, a embarcação disparou com o canhão em direção ao continente.
- 3 A ÁREA**
O tiro alcançou a distância de 33 metros dentro do continente. Assim, os terrenos localizados nessa área passaram a pertencer à União, e seu uso dependeria do pagamento do foro.

70 MIL TERRENOS

ESTÃO EM ÁREAS DE MARINHA NO ESTADO

36 MIL IMÓVEIS

ESTÃO EM ÁREAS DE MARINHA EM VITÓRIA

R\$ 27 MILHÕES

FORAM ARREGADADOS PELA UNIÃO COM A TAXA DE MARINHA NO ESPÍRITO SANTO SÓ NO ANO PASSADO

FIQUE DE OLHO
Direitos e deveres de donos de imóvel
> OS IMÓVEIS podem ser mais caros, pois nas transações é preciso pagar o laudêmio à União: 5% do valor do bem.
> A TAXA pode ser paga pelo vendedor ou pelo comprador. Depende da negociação feita.

